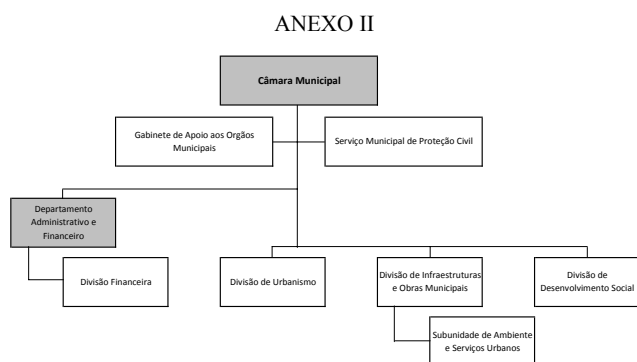


previstas para o pessoal dirigente no artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as necessárias adaptações.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 4.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau são recrutados, por procedimento concursal, nos termos da lei, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam cumulativamente:

- Formação superior de licenciatura adequada, no mínimo;
- Quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível a habilitação referida na alínea anterior;
- Quatro anos de experiência profissional na área de atuação do cargo a prover;
- Formação profissional adequada ao exercício de funções no cargo a prover.

4 — A remuneração dos titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau corresponderá à 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 4.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.



207670655

MUNICÍPIO DE BRAGA

Aviso n.º 3590/2014

Nos termos do prescrito no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, torna-se público que, conforme meu despacho de 14 de janeiro de 2014 e no cumprimento do previsto no n.º 14, artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, cessaram os seguintes procedimentos concursais, que se encontravam suspensos ao abrigo do n.º 11 do artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12: encarregado geral operacional para o setor de exploração de saneamento; encarregado geral operacional para o setor do estaleiro; encarregado operacional para o setor das oficinas; encarregado operacional para o setor do canil; coordenador técnico da área administrativa da secção de contadores da direção comercial; coordenador técnico da secção de cobranças, atendimento e reclamações da direção comercial; coordenador técnico do gabinete técnico de apoio à direção de estaleiro e higiene e limpeza; encarregado operacional e coordenador técnico para os agrupamentos de escolas.

24 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*.

307644321

MUNICÍPIO DE CASCAIS

Aviso n.º 3591/2014

Renovação da Comissão de Serviço

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho, datado de 17 de fevereiro de 2014, com competências subdelegadas, pelo despacho n.º 110/2013, de 30 de outubro e conforme o disposto no n.º 1, do art.º 23.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicável por força do art.º 17.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, foi renovada a comissão de

serviço de Isabel Filomena Faria Gonçalves Andrade Pinto Gonçalves, no cargo de Diretora do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social, a partir de 27 de dezembro de 2013, pelo período de 3 anos.

21 de fevereiro de 2014. — A Vereadora, *Paula Gomes da Silva*.
307654406

MUNICÍPIO DE CASTRO DAIRE

Aviso n.º 3592/2014

Anulação de procedimento concursal comum para preenchimento de até 18 postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Assistente Operacional do mapa de pessoal do Município.

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do signatário, exarado em 05 de março de 2014, proferido ao abrigo das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea a), do n.º 2, do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na redação última dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e em conformidade com o disposto nos artigos 138.º e 140.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro e com o n.º 2, do artigo 38.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o procedimento concursal referido em epígrafe, cujo aviso foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro de 2014 — Aviso n.º 2681/2014 — foi anulado.

5 de março de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Fernando Carneiro Pereira*.

307666265

MUNICÍPIO DE FAFE

Aviso n.º 3593/2014

Procedimento Concursal na modalidade de relação jurídica por tempo indeterminado, para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior (Arquiteto) — cf. publicação no D. R., 2.ª série, n.º 133, aviso n.º 8954/2013 de 12/07/2013, Código da Oferta BEP OE 201307/0172.

Nos termos do n.º 6 do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, e decorrido que foi o prazo concedido para audiência prévia escrita, na sequência da reunião de júri de 26/02/2014, notificam-se os candidatos da classificação final do segundo método seleção — Avaliação Psicológica.

De acordo o artigo 32.º da referida Portaria, informam-se os candidatos aprovados que a seu devido tempo, se encontra publicada na página eletrónica do Município Fafe, em www.cm-fafe.pt e afixada no edifício dos Paços do Município, Av.º 5 de Outubro, Fafe, a indicação do local, data e horário para realização da Entrevista Profissional de Seleção.

26 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Raul Cunha*.
307662636

MUNICÍPIO DE FARO

Despacho n.º 3963/2014

Considerando que:

Nos termos do disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o disposto no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, procederam os órgãos do Município à reorganização dos seus serviços por forma a dar cumprimento aos citados diplomas legais;

Por deliberação da Assembleia Municipal tomada na sua sessão ordinária de 19 de dezembro de 2012, sob proposta da Câmara Municipal de 12 de dezembro de 2012, foi a reorganização dos serviços aprovada, sendo publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 11 de janeiro de 2013;